

I

(Resoluções, recomendações e pareceres)

RESOLUÇÕES

COMITÉ DAS REGIÕES

147.^a REUNIÃO PLENÁRIA DO CR (HÍBRIDA) — INTERACTIO, 1.12.2021-2.12.2021

Resolução sobre o Programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022 e prioridades políticas do Comité das Regiões Europeu para 2022

(2022/C 97/01)

O COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU,

Tendo em conta:

- o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022,
- o Protocolo de Cooperação com a Comissão Europeia, de fevereiro de 2012,
- a sua Resolução — As prioridades do Comité das Regiões Europeu para 2020-2025 ⁽¹⁾,
- a sua Resolução — Propostas do Comité das Regiões Europeu tendo em vista o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022 ⁽²⁾, e
- a sua Resolução — Barómetro Regional e Local Anual da UE 2021 ⁽³⁾;

1. insta o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão a terem em conta os pontos de vista e as propostas constantes da presente resolução na declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2022. Manifesta disponibilidade para contribuir para a sua aplicação;

2. recorda o compromisso da Comissão de dar seguimento às propostas resultantes da Conferência sobre o Futuro da Europa. Considera que a plataforma digital multilingue interativa e os painéis de cidadãos podem ser um instrumento para a criação de um mecanismo de diálogo permanente com os cidadãos à escala da UE e está disponível para desempenhar um papel importante nesse processo;

3. congratula-se com o Ano Europeu da Juventude (2022) e compromete-se a cooperar estreitamente com as outras instituições da UE e todas as partes interessadas pertinentes, a fim de promover a participação dos jovens a todos os níveis;

Aproximar a Europa dos seus cidadãos

4. reitera o seu apelo à Comissão para que inclua a dimensão regional e local no âmbito das medidas legislativas e não legislativas definidas no Plano de Ação para a Democracia Europeia, e salienta a importância de salvaguardar a integridade das eleições locais e regionais e de capacitar as comunidades locais para a luta contra a discriminação e a desinformação;

5. solicita que a futura iniciativa legislativa destinada a proteger a liberdade dos meios de comunicação social tenha em conta a situação dos meios de comunicação locais e regionais;

⁽¹⁾ COR-2020-01392-00-00-RES-TRA.

⁽²⁾ COR-2021-02507-00-00-RES-TRA.

⁽³⁾ COR-2021-03857-00-00-RES-TRA.

6. apoia os esforços da Comissão no sentido de garantir a aplicação efetiva do Estado de direito, nomeadamente o princípio do primado do direito da UE enquanto condição indispensável para a igualdade de direitos e a segurança jurídica no exercício das políticas comuns;
7. salienta a necessidade de prosseguir os esforços no sentido de uma União da Igualdade, nomeadamente propondo novas medidas para prevenir e combater a violência contra as mulheres, e espera, por conseguinte, ser associado à criação de um novo organismo interinstitucional de ética da UE;
8. manifesta pleno empenho na aplicação do conceito de «subsidiariedade ativa» e reitera o seu apelo para a utilização sistemática da grelha de avaliação da subsidiariedade nas propostas da Comissão;
9. apoia a intenção de reduzir os encargos administrativos para os cidadãos e as empresas mediante a aplicação do princípio da comporta regulatória. Espera, contudo, que este exercício respeite as normas económicas, sociais e ambientais da UE e se baseie numa abordagem assente em dados concretos e numa avaliação do custo da inação;
10. reitera o seu apelo para a revisão do Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor, bem como das orientações e do conjunto das ferramentas para esse efeito, integrando a dimensão a vários níveis do processo legislativo europeu, tal como proposto pelo Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior Eficiência»;
11. congratula-se, neste contexto, com o compromisso da Comissão de reforçar as avaliações do impacto territorial e a verificação rural, para ter mais em conta as necessidades e as especificidades dos diferentes territórios da UE. Assinala a necessidade de ter igualmente em conta as regiões fronteiriças. Insta, por conseguinte, a Comissão a garantir que as avaliações de impacto iniciais e as avaliações de impacto incluem uma análise dos potenciais impactos de cada iniciativa legislativa diferenciados à escala territorial. Apoia, além disso, a intenção da Comissão de organizar uma conferência em grande escala sobre o tema «Legislar melhor» em 2022, prestando especial atenção à dimensão local e regional, tal como ocorreu na Plataforma Prontos para o Futuro;
12. sublinha a importância crescente da prospetiva enquanto instrumento político para desenvolver perspetivas a longo prazo assentes em dados concretos, nos vários domínios de intervenção em que os órgãos de poder local e regional têm responsabilidades principais, como é o caso do apoio económico, da demografia, das medidas de atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas, da educação, da saúde, das competências ou das infraestruturas. Reitera, por conseguinte, o seu empenho em apoiar a Comissão no levantamento da capacidade de prospetiva à escala local e regional, a fim de ter em conta a experiência local e regional, nomeadamente no relatório de prospetiva estratégica anual;

Construir comunidades resilientes

13. solicita a organização sistemática de plataformas e de diálogos a vários níveis para assegurar a participação estruturada e inclusiva dos órgãos de poder local e regional no planeamento e na execução das iniciativas do Pacto Ecológico;
14. sublinha os enormes desafios territoriais da transição ecológica, nomeadamente no setor dos transportes. Reconhece a situação específica das regiões com produção automóvel e apela para um diálogo a vários níveis tendo em vista uma transição justa do setor automóvel;
15. continuará a acompanhar a aplicação de uma visão a longo prazo para as zonas rurais e a transição para uma agricultura mais ecológica, mais inteligente e sustentável. O estabelecimento de uma agenda rural deverá servir de base para a criação de um mecanismo de governação das zonas rurais, que salvaguarde a identidade e as especificidades locais, assim como de indicadores quantitativos claros para o estabelecimento de uma dimensão rural no âmbito do Semestre Europeu;
16. apoia a prioridade conferida à ambição de poluição zero para proteger as pessoas e os ecossistemas e espera que os órgãos de poder local e regional sejam tidos em conta no próximo pacote Poluição Zero, nomeadamente através da criação da plataforma das partes interessadas pertinente e de um painel de avaliação das regiões da UE;
17. solicita que as próximas propostas relativas aos plásticos e à economia circular tenham em conta os contributos já fornecidos nos pareceres pertinentes do CR, incluindo a ênfase nas competências dos órgãos de poder local e regional em matéria de recolha e gestão de resíduos;
18. convida a Comissão a continuar a promover a utilização da tecnologia espacial e a disponibilidade de dados no plano local, a fim de combater as alterações climáticas, favorecer a transição energética, proteger o ambiente e aplicar o Pacto Ecológico;
19. aguarda com expectativa a revisão da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios com vista à plena aplicação da Iniciativa Vaga da Renovação e insta a Comissão a tirar partido da atual cooperação reforçada com o CR;

20. reitera que o êxito do Pacto Ecológico da UE depende da revisão profunda do Regulamento Governação da União da Energia e da Ação Climática, a fim de o articular com a Agenda 2030 das Nações Unidas e o quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e com a aplicação estrutural da governação a vários níveis através de diálogos sistemáticos sobre o Pacto Ecológico a vários níveis;
21. congratula-se com o conjunto de instrumentos para gerir as flutuações dos preços da energia e apela para que o primeiro passo seja uma ação reforçada para combater a pobreza energética e a vulnerabilidade às alterações climáticas;
22. acolhe com agrado o reconhecimento da relação intrínseca entre crise climática e crise da biodiversidade e insiste em que a Comissão Europeia continue a promover a governação a várias escalas na UE e em todo o mundo, com base na Declaração de Edimburgo, em particular na próxima COP15 da Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas e na COP27 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Apela à adoção de um ato legislativo sobre os oceanos que associe os órgãos de poder local e regional à proteção do meio marinho;
23. apela ao reforço da execução da Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, com base na missão relativa à adaptação e no mecanismo da UE de apoio a políticas de adaptação;
24. acolhe com agrado a ambição da Comissão de alcançar os objetivos estabelecidos nas Orientações para a Digitalização até 2030 e solicita a integração da coesão digital nas políticas da UE enquanto dimensão complementar da coesão económica, social e territorial;
25. lamenta a falta de indicadores pertinentes à escala local e regional para acompanhar os objetivos da Década Digital no horizonte 2030. Propõe, por conseguinte, elaborar tais indicadores;
26. congratula-se com o compromisso assumido pela Comissão de adotar um ato legislativo europeu sobre os microcircuitos, a fim de reagir à elevada dependência da UE em relação a países terceiros no que diz respeito ao fornecimento de tecnologias de ponta;
27. acolhe favoravelmente o anúncio da iniciativa legislativa sobre um Instrumento de Emergência do Mercado Único. Insta a Comissão Europeia a assegurar que a sua proposta tem em conta o papel de primeiro plano desempenhado pelos órgãos de poder local e regional, em particular quando se trata de fazer face a perturbações do mercado único em territórios que dependem de cadeias de abastecimento e intercâmbios transfronteiriços sólidos;
28. congratula-se com a intenção da Comissão de rever a política de concorrência da UE. Saliêta que uma eventual revisão da definição de mercado deve examinar cuidadosamente em que medida tal afetará o equilíbrio económico entre as diferentes regiões da UE, bem como as PME e os consumidores;
29. lamenta que o programa de trabalho da Comissão não preveja ações para abordar as alterações fundamentais que o Pacto Ecológico, a digitalização e a descarbonização trarão à indústria europeia. Recomenda, por conseguinte, que a Comissão associe de forma mais estreita a sua futura política industrial à orientação para o futuro e tenha em conta os ensinamentos retirados de ecossistemas regionais competitivos, a importância das tecnologias facilitadoras essenciais e a necessidade de encontrar um equilíbrio entre competitividade e autonomia estratégica aberta;
30. frisa a importância de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos na futura regulamentação da UE em matéria de inteligência artificial (IA) e de reforçar os requisitos éticos para a implantação da IA de risco elevado. A este respeito, acolhe com agrado a consulta pública da Comissão Europeia sobre a adaptação das regras em matéria de responsabilidade civil aos desafios específicos da era digital e da inteligência artificial⁽⁴⁾ e espera que esta consulta resulte num quadro atualizado destinado a assegurar aos consumidores a reparação dos danos causados por aplicações de IA;
31. manifesta o seu empenho em trabalhar no sentido da criação de uma verdadeira União Europeia da Saúde que respeite o princípio da subsidiariedade e insta a que o Parlamento Europeu e as regiões tenham um papel mais claro na futura Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias, bem como no espaço europeu de dados de saúde. Solicita expressamente que os órgãos de poder local e regional sejam associados ao planeamento e à execução das respostas a emergências sanitárias, no âmbito da proposta relativa à Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias, bem como da proposta de regulamento relativo às ameaças transfronteiriças graves para a saúde;

(4) https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12979-Civil-liability-adapting-liability-rules-to-the-digital-age-and-artificial-intelligence/public-consultation_pt

32. exorta a Comissão a ter em conta o papel dos órgãos de poder local e regional na prevenção do cancro. Está disponível para prestar aconselhamento relativamente à futura recomendação sobre o rastreio e a participar no processo de aplicação;
33. reitera as recomendações formuladas no seu Parecer — Um novo Pacto em matéria de Migração e Asilo. Uma política comum de migração baseada na solidariedade e na gestão eficaz dos fluxos migratórios, como exigido pelos Tratados, só pode ser alcançada com a participação de todos os níveis de governação, incluindo as escalas local e regional;
34. reitera a necessidade de um espaço Schengen operacional sem fronteiras internas. Apoiar os esforços dos Estados-Membros e da Comissão para proteger as fronteiras externas da UE, defendendo simultaneamente o Estado de direito e respeitando os direitos humanos;
35. insta as instituições da UE a apoiarem financeiramente os Estados-Membros que protegem eficazmente as fronteiras externas da União;
36. salienta a necessidade de reforçar a coordenação, a cooperação e o intercâmbio de informações fundamentais entre os órgãos de poder local e regional, os Estados-Membros e as autoridades de aplicação da lei, a fim de combater eficazmente a criminalidade transfronteiras, em particular o terrorismo e a criminalidade organizada;
37. espera que a Comissão dê seguimento ao pedido do CR no sentido de conferir uma dimensão territorial mais «profunda» à relação entre o Reino Unido e a UE. O CR contribuirá para facilitar e desenvolver a cooperação territorial com as nações descentralizadas e os órgãos de poder local e regional do Reino Unido, inclusivamente para além do quadro institucional do Acordo de Comércio e Cooperação;
38. apela à Comissão para que estabeleça um apoio estruturado e sustentado à cooperação interpares entre os órgãos de poder local dos Balcãs Ocidentais e os seus homólogos na UE, em especial através dos seus comités consultivos mistos com o Montenegro, a Macedónia do Norte e a Sérvia, assim como do Grupo de Trabalho do CR para os Balcãs Ocidentais. Acolhe com agrado o relançamento do instrumento TAIEX de apoio estratégico aos órgãos de poder local dos Balcãs Ocidentais;
39. congratula-se com o empenho contínuo da Comissão em prol da Parceria Oriental, em particular ao dar seguimento à proposta do CR de criar a Academia de Administração Pública da Parceria Oriental;
40. reitera que, no âmbito da execução da parceria renovada com a vizinhança meridional, todas as instituições da UE devem considerar os órgãos de poder local e regional parceiros fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a fim de criar uma nova dinâmica para as reformas de descentralização;
41. insta a Comissão a reconhecer o papel que os órgãos de poder local e regional podem desempenhar na construção da paz e da prosperidade em países terceiros, mediante iniciativas como a Iniciativa de Nicósia, um exemplo concreto de cooperação interpares;
42. solicita um plano claro para um empenho e um reforço financeiro a longo prazo do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e dos seus instrumentos em termos de prevenção e preparação para catástrofes, bem como de capacidade coletiva de resposta a situações de emergência. Insta igualmente a Comissão a integrar a experiência regional e local em matéria de gestão de catástrofes na recém-criada Rede Europeia de Conhecimentos sobre Proteção Civil;

Coesão, o nosso valor fundamental

43. sublinha o papel crucial da política de coesão e solicita, por conseguinte, que seja proporcionada aos municípios e às regiões a oportunidade de tirar o máximo partido do Instrumento de Recuperação da União Europeia (Next Generation EU), a fim de consolidar os investimentos sustentáveis e a longo prazo programados no âmbito da política de coesão;
44. convida a Comissão a apresentar um relatório sobre a participação dos órgãos de poder local e regional na fase de execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR) no seu «relatório de revisão» sobre a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), previsto para julho de 2022 (artigo 16.º do Regulamento MRR). Solicita o pleno respeito do princípio da parceria e a sua aplicação no Fundo para uma Transição Justa e no MRR, bem como a rápida aprovação de todos os PRR;
45. congratula-se com o relançamento, pela Comissão, do exercício de revisão da governação económica e considera que chegou o momento de repensar o quadro orçamental da UE, a fim de evitar que o investimento público e os serviços públicos sejam utilizados novamente como variáveis de ajustamento;
46. lamenta que a Comissão não tenha considerado a prorrogação, por mais um ano, da taxa de cofinanciamento de 100 % nem um aumento do limiar *de minimis* no âmbito da Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus +, tendo em conta as restrições orçamentais com que os órgãos de poder local e regional ainda se deparam;

47. acolhe com agrado a decisão de renovar a parceria estratégica da UE com as regiões ultraperiféricas, a fim de ter devidamente em conta o impacto da pandemia de COVID-19 e adaptar o apoio da UE;
48. manifesta preocupação com a morosidade da aprovação dos acordos de parceria nos Estados-Membros, à luz da baixa absorção dos fundos estruturais disponíveis, e propõe uma colaboração estreita entre as regiões e as instituições da UE para acelerar o ritmo de aprovação, incluindo dos programas operacionais;
49. solicita à Comissão que crie, para além do sítio Web existente para as relações com os investidores, um portal Web dedicado às emissões de obrigações europeias, que contenha os dados agregados completos relativos a todas as obrigações e instrumentos financeiros de curto prazo comercializados ao abrigo do Instrumento de Recuperação da União Europeia e às obrigações verdes emitidas no âmbito desse instrumento;
50. sublinha a necessidade de um quadro estratégico da UE que permita a criação e a gestão eficientes de serviços públicos transfronteiriços. Solicita igualmente um quadro jurídico mais sólido para assegurar o apoio à cooperação entre os intervenientes regionais e locais nas regiões fronteiriças da UE, garantindo normas mínimas para a cooperação transfronteiriça em caso de crise, a fim de manter um nível adequado de serviços públicos;
51. lamenta que diversas medidas previstas para 2022 no âmbito da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente não estejam refletidas no programa de trabalho da Comissão, nomeadamente no que diz respeito ao transporte combinado, aos serviços de informação fluvial e à eficiência do transporte ferroviário internacional. Congratula-se, contudo, com o facto de os «serviços de mobilidade digital multimodal» estarem incluídos no programa de trabalho e sublinha que os transportes coletivos públicos, muitas vezes organizados diretamente pelos órgãos de poder local e regional enquanto serviços de interesse económico geral, devem estar no cerne dessa iniciativa;
52. reitera a necessidade de uma rápida aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e de indicadores «para além do PIB» para medir o progresso económico, social e ambiental, facilitando a transição para uma economia do bem-estar sustentável;
53. aguarda com expectativa a recomendação sobre o rendimento mínimo, enquanto passo no sentido da erradicação da pobreza na UE e seguimento muito necessário da Diretiva Salários Mínimos Adequados;
54. congratula-se com a criação da Plataforma Europeia de Luta contra a Condição de Sem-Abrigo, enquanto primeiro passo que responde ao apelo formulado pelo CR ao longo dos anos no sentido de uma política mais eficaz neste domínio;
55. insta a Comissão a ter devidamente em conta o trabalho recente do CR sobre o setor da prestação de cuidados na sua futura estratégia europeia de prestação de cuidados;
56. aguarda com expectativa o pacote Educação da Comissão e sublinha a importância de assegurar sinergias e coerência com as futuras iniciativas para melhorar as competências digitais;
57. congratula-se com o programa ALMA (Aim, Learn, Master, Achieve — aspirar, aprender, dominar, alcançar) proposto e salienta a necessidade de assegurar que os recursos afetados ao mesmo estejam em consonância com o número significativo de jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação (NEET) na UE;
58. sublinha a necessidade de tornar o Espaço Europeu da Investigação (EEI) uma realidade, apoiando os ecossistemas regionais de inovação através de uma abordagem estratégica e coordenada de todos os níveis de governo, e aguarda com expectativa o desenvolvimento em colaboração com a Comissão do conceito de polos regionais do EEI;
59. apoia a execução das missões no âmbito do Horizonte Europa enquanto medidas audaciosas para enfrentar os desafios sociais, mas sublinha igualmente a necessidade de dispor de um sistema eficaz de governação a vários níveis que combine as missões com as estratégias de desenvolvimento local e regional, as medidas de recuperação da COVID-19 e o financiamento da inovação através dos fundos estruturais;
60. lamenta que o programa de trabalho não mencione a especialização inteligente, enquanto conceito fundamental para superar a dispersão dos diferentes programas e políticas de promoção da inovação;

61. lamenta que a sua proposta de uma nova estratégia europeia para o turismo 2030/2050 não figure no programa de trabalho da Comissão para 2022. Insta a Comissão a apresentar uma nova visão ambiciosa para o turismo sustentável, tendo em conta tanto o impacto da COVID-19 como a recuperação ecológica e digital;
62. encarrega o seu presidente de transmitir a presente resolução à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu, às Presidências eslovena, francesa e checa do Conselho da UE e ao presidente do Conselho Europeu.

Bruxelas, em 1 de dezembro de 2021.

O Presidente
do Comité das Regiões Europeu
Apostolos TZITZIKOSTAS
